

## A democracia que habita o imaginário: o que os brasileiros falam quando falam de democracia?<sup>1</sup>

Mayara Hemann Lamberti

*Universidade Federal do Rio Grande do Sul*

Bianca Ferreira de Andrade

*Universidade Federal do Rio Grande do Sul*

Maria Júlia Schmitt Timmers

*Universidade Federal do Rio Grande do Sul*

Vítor Oliveira

*Universidade Federal do Rio Grande do Sul*

Henrique Carlos de Oliveira de Castro

*Universidade Federal do Rio Grande do Sul*

### 1 Introdução

1

As teorias democráticas normativas, desenvolvidas sobretudo a partir das experiências europeias e norte-americanas, ainda orientam boa parte das análises sobre a democracia brasileira. No entanto, adotar esses referenciais de forma acrítica pode produzir leituras distorcidas ou insuficientes sobre a realidade do regime em contextos particulares, como o Brasil. Acreditamos que toda proposição teórica tem, em sua razão de ser, a explicação da realidade e, assim sendo, não deve estar alheia às peculiaridades que a compõem. Paralelo a isso está o entendimento de que a consolidação e o bom funcionamento do regime democrático estão fortemente relacionados ao apoio e à legitimação que seus cidadãos lhe conferem (Easton, 1965). Sob essa perspectiva, com o intuito de contribuir para o debate de uma teoria democrática conexas à realidade do contexto brasileiro, o presente trabalho oferece uma análise exploratória sobre o que os brasileiros compreendem como democracia.

No que concerne à concepção de democracia dos brasileiros, na sétima onda de *survey* realizada pelo World Values Survey (WVS), que aconteceu no Brasil no ano de 2018, os dados demonstram que mais de 75% dos brasileiros consideravam “muito bom” ou ainda “relativamente bom” ter um regime democrático. Da mesma forma, quando questionados sobre a importância de viver em um país governado democraticamente, em uma escala de 1 a 10, onde 1 representava “nada importante”, e 10 absolutamente importante, 52,6% dos respondentes afirmaram que a democracia era,

---

<sup>1</sup> Gostaríamos de fazer um agradecimento especial à Dra. Débora de Oliveira Santos pela generosa ajuda neste trabalho. Também agradecemos a todo grupo de pesquisa do World Values Survey Brasil pelo trabalho e dedicação na construção dos dados aqui utilizados. Agradecemos também ao CNPq e à Capes pelo financiamento e apoio no desenvolvimento da pesquisa.

sim, absolutamente importante. E, além disso, a média das respostas foi de 8,20, o que indica ainda mais uma tendência geral para uma autodeclaração de apreço à democracia. Porém, na mesma ocasião, a pesquisa questionava a opinião dos brasileiros sobre algumas situações hipotéticas envolvendo regimes políticos como “ter um líder forte que não precise se preocupar com parlamento ou eleições”, para a qual 56,4% das pessoas avaliaram “muito bom” ou “relativamente bom”, dentre outras que serão abordadas adiante<sup>2</sup>. Essa tensão entre uma autodeclaração democrática e demais asserções que se mostram autoritárias e incondizentes com um regime democrático nos trouxe à tona a seguinte questão: o que o brasileiro entende por democracia? O que ele apoia quando diz que apoia a democracia? É bem verdade que os cidadãos podem expressar apoio à democracia não apenas por convicção genuína, mas também para se conformar às expectativas sociais ou por interesses pessoais, o que pode distorcer a verdadeira medida do suporte democrático nas sociedades (Inglehart; Welzel, 2005). Não obstante, sob essas condições, se faz ainda mais necessário investigar o conteúdo dessa autoafirmação, pois essa discrepância entre a autodeclaração democrática e valores e atitudes que sustentam tal regime, podem se tornar uma ameaça ao amadurecimento do regime como uma democracia que envolva, além de aspectos institucionais e procedimentais, também preceitos sociais.

À luz do exposto, essa investigação tem como objetivos explorar e debater a concepção dos brasileiros sobre democracia, a fim de compreender como o descompasso entre autodeclaração como democratas e o cultivo de atitudes e valores antidemocráticos se manifesta em nossa cultura. Apesar de tratar-se de uma investigação exploratória, temos algumas hipóteses que orientam a investigação. Estas consistem essencialmente em duas ideias centrais: a de que o apoio dos brasileiros à democracia não converge com valores e atitudes democráticas; e, em complemento, a concepção que os brasileiros têm de democracia é, ao mesmo tempo, vaga e rasa, pois não tem uma definição consistente e nem é acompanhada de fundamentos de cidadania, sociais, civis e políticos.

O trabalho está estruturado a partir de uma seção onde abordamos o debate sobre teorias democráticas, buscando traçar linhas gerais sobre uma concepção de democracia que fundamente a análise; a seguir, expomos as escolhas metodológicas para a construção da análise; adiante os dados qualitativos são apresentados, seguidos pela discussão dos achados dos grupos focais; conclui-se com a discussão dos resultados e as conclusões gerais.

## 2 Fundamentação teórica sobre democracia e como vemos essa discussão no campo acadêmico

O termo “democracia” ocupa lugar central nos debates da Ciência Política contemporânea, especialmente em razão de sua natureza polissêmica e da multiplicidade de abordagens teóricas que a definem sob prismas diversos. Como observa Crouch (2004), ao final do século XX, a democracia parecia consolidar-se como o modelo político hegemônico no cenário internacional, inclusive promovendo uma convergência entre os países latino-americanos — historicamente marcados por ciclos de autoritarismo e instabilidade institucional (Peruzzotti, 2017) — em torno do ideal democrático. No entanto, ainda que o desejo pela democracia tenha se tornado amplamente compartilhado, a definição do que ela efetivamente significa permanece objeto de disputa. A concepção de poliarquia

<sup>2</sup> Dados disponíveis no site oficial do World Values Survey: <<https://www.worldvaluessurvey.org/WVSOnline.jsp>>. Acesso em: 18 jun. 2025.

proposta por Robert Dahl (1997), ao elencar critérios procedimentais como condição para qualificar um regime como democrático, contribui para estabelecer um marco analítico mínimo. Contudo, mesmo diante desses parâmetros, persistem questionamentos sobre os alcances normativos das democracias contemporâneas: sua efetividade na garantia de direitos, sua capacidade de produzir inclusão substantiva e dignidade social, bem como seus limites estruturais frente às desigualdades históricas. No contexto latino-americano, tais questões adquirem contornos ainda mais complexos, de tal forma que a adoção acrítica de modelos oriundos dos centros hegemônicos do sistema internacional revela-se insuficiente para responder aos impasses dos Estados latino-americanos.

Como lembraram Bizzarro e Coppedge (2017), as divergências teóricas dos cientistas políticos podem ser sintetizadas entre aqueles que defendem a primazia da dimensão eleitoral, em contraposição àqueles que compreendem que contemplam na democracia dimensões que extrapolam o embate nas urnas. Ou seja, há vertentes teóricas que vão buscar interpretar o regime democrático com base em seus aspectos procedimentais – como eleições livres e regulares, sufrágio universal e separação dos poderes – (Dahl, 1997; Schumpeter, 1961), enquanto outras levam em consideração seus aspectos substantivos – como igualdade material, inclusão social e justiça (Held, 2006). Há também uma terceira vertente, representada por Diamond e Morlino (2004), que visa superar o tensionamento das duas vertentes ao contemplar ambas as dimensões, adotando uma abordagem avaliativa que compreende a qualidade da democracia em termos normativos e empíricos. A distinção entre forma e conteúdo atravessa o pensamento político moderno, pois se trata da busca pela delimitação do que é essencial para que um regime possa ser considerado democrático.

Dessa forma, o cientista político se vê diante de um dilema clássico da teoria: a difícil conciliação entre modelos analíticos parcimoniosos — dotados de poder explicativo, capacidade preditiva e potencial de generalização — e modelos mais densos e complexos, que, embora menos elegantes do ponto de vista formal, oferecem descrições mais realistas e contextualizadas da realidade social (Hay, 2002). Tal tensão teórico-metodológica se evidencia no estudo da democracia na América Latina. Afinal, conforme advertiu Wiarda (2005 apud Spanakos, 2007), para entender a América Latina é necessário reconhecê-la em suas múltiplas facetas e entrelaçamentos. Ou seja, compreender a região exige reconhecer sua pluralidade histórica, social e cultural, marcada por trajetórias profundamente enredadas em processos coloniais, dependência estrutural e formas híbridas de institucionalidade. O desafio de uma construção de epistemologia democrática para a região, portanto, desvela-se. Ainda, conforme Spanakos (2007, p. 231), “[a] consequência mais óbvia de enfatizar um viés [...] é que ou a “democracia” está sujeita a interpretações locais, ou trata-se de um termo altamente impreciso”. Se, por um lado, o modelo liberal clássico de democracia enfatiza processos eleitorais que garantem a legitimidade do sistema, mas garantindo que não haja poder excessivo oriundo da agência do povo; por outro, a realidade latino-americana é marcada justamente pela história da supressão da soberania popular em prol de governos autoritários, de modo que a manutenção dos direitos civis, políticos e sociais (Marshall, 2021) foi continuamente ameaçada.

Ao dedicar-se à análise dos processos de transição política na América Latina e cunhar o conceito de “democracia delegativa” para caracterizar regimes que emergiam de contextos autoritários, O'Donnell, Schmitter e Whitehead (2013) chamaram atenção para a centralidade da *accountability* como elemento estruturante de uma ordem democrática. Em sua perspectiva, a

fragilidade desses regimes residia, em grande medida, na concentração de poder no Executivo e na debilidade dos mecanismos de controle horizontal, o que compromete a institucionalização da democracia. No entanto, como ressalta Lechner (*apud* Spanakos, 2007, p. 232), a consolidação democrática exige mais do que a presença de mecanismos formais de responsabilização: pressupõe também a constituição de uma comunidade política capaz de compartilhar significados, valores e interpretações sobre as regras do jogo democrático. Trata-se, portanto, de articular *accountability* e sentido coletivo, reconhecendo que instituições não operam no vazio, mas dependem de sua legitimação social. Como apontou Peruzzotti (2017), as democracias delegativas não se diferem substantivamente quanto ao seu desenho institucional, justamente por se inscreverem em formas de regimes já pré-existent, as poliarquias representativas. A crítica, portanto, desloca-se da forma para o conteúdo da democracia, revelando a insuficiência de modelos normativos desconectados das especificidades históricas e sociais da região.

É nesse sentido que os estudos no âmbito da Cultura Política podem contribuir, ao possibilitarem a construção de uma episteme sensível à complexidade e à multidimensionalidade da sociedade brasileira — país que constitui o estudo de caso central desta pesquisa. A partir dessa perspectiva, torna-se possível compreender não apenas os marcos institucionais da democracia, mas também os valores, atitudes e comportamentos que estão presentes na sociedade. Baquero (2018), ao caracterizar a experiência democrática brasileira como uma “democracia inercial”, evidencia o paradoxo que motiva a análise deste caso: a coexistência de avanços institucionais significativos com a persistência de traços antidemocráticos, e mesmo autoritários, presentes na cultura política nacional cujas origens advém de sua formação sociopolítica. Méndez, O'Donnell e Pinheiro (1999) não ignoravam a relevância dessa dimensão para entender a democracia latino-americana, pelo contrário, assinalaram que práticas informais operam bem na região e, por vezes, se sobrepõem às forças institucionais, são elas: o patrimonialismo, o clientelismo e o personalismo – dimensões fundamentais para compreender a democracia inercial. A partir dessas obras, a Cultura Política se apresenta como elemento chave, ou como uma pista, para desenvolver uma episteme democrática que vá além das categorias normativas convencionais, investindo em abordagens que reconheçam os condicionantes históricos, simbólicos e sociais que configuram as experiências democráticas na região e, nesse caso, no Brasil.

Partindo dessa perspectiva, é possível compreender melhor como os mecanismos institucionais brasileiros frequentemente se organizam de maneira ambivalente e permitem reiteradamente contestação de legitimidades do processo democrático e de resultados eleitorais. Avritzer (2018) argumenta que a democracia brasileira convive com canais institucionais que permitem a contestação de resultados eleitorais e que as estruturas de defesa de direitos no país se sustentam, sobretudo, em acordos entre elites, carecendo, portanto, de garantias institucionais sólidas. Essas vias, que o autor denomina “antidemocráticas ou contra-democráticas de questionamento da soberania política e de resultados eleitorais” (Avritzer, 2018, p. 275), estariam enraizadas na própria formação sociopolítica brasileira, na qual as elites desempenham papel central na limitação da democratização e na preservação de privilégios. Embora sua análise seja relevante, evidenciando fragilidades institucionais e a recorrência de períodos antidemocráticos por meio da metáfora do pêndulo democrático – avanços e retrocessos – na trajetória brasileira, contestamos sua interpretação acerca

do nexó entre a fragilidade das instituições e tais períodos de retrocesso, visto que, para além de instituições frágeis, os valores da cultura política nacional nunca se mostraram plenamente democráticos, mas constituíram-se, desde sempre, em uma cultura híbrida.

Essa concepção teórica, portanto, nos auxilia a buscar explicações para nosso problema de pesquisa, ou seja, compreender o que o brasileiro entende por democracia. Ao estudar a concepção das pessoas sobre tal conceito, exploramos como a noção de democracia se imprimiu em suas mentes ao longo de 40 anos de socialização do período democrático mais longo na história brasileira. Tal problema é de interesse da Ciência Política há décadas, de tal forma que o presente estudo pretende contemporaneizá-lo, levando em consideração as particularidades do Brasil atual. Os desafios para tratar do conceito de democracia pela perspectiva da Cultura Política se origina na própria polissemia do termo, tanto em razão das diferentes abordagens teóricas que o configuram como pelas diversas experiências democráticas na história. Espera-se, portanto, que seja igualmente complexo dimensionar a forma como os cidadãos compreendem a democracia, bem como a identificação de atitudes que reflitam valores democráticos (Moisés, 2010; Fuks et al., 2019).

A presente pesquisa se vale do aspecto transversal da Cultura Política, por meio dela é possível depreender como os cidadãos percebem, legitimam e interagem com o regime democrático, mobilizando as concepções procedimentais, substantivas ou ambas. A experiência latino-americana, em particular a brasileira, evidencia que a participação política das massas, enquanto dimensão horizontal da democracia, só se tornou efetiva ao final do século XX. No Brasil, por exemplo, práticas como o curral eleitoral – expressão do clientelismo consolidado por alianças entre coronéis e políticos – comprometiam a autonomia do voto e a livre escolha dos eleitores (Schwarcz, 2019). A trajetória democrática do país foi ainda marcada por interrupções autoritárias, como os golpes do Estado Novo (1937) e do regime militar (1964). Somente com a Constituição de 1988 foram estabelecidos mecanismos legais que sustentavam plenamente o direito à participação cidadã. No entanto, conforme aponta a literatura da Cultura Política no Brasil (Castro, 2000; Baquero; González, 2016; Baquero, 2018; Bittencourt, 2020), os avanços procedimentais não se traduziram na ausência de ameaças ao desenvolvimento democrático do país. Por tal motivo, visando avançar nos estudos que contribuem para analisar o caldo cultural brasileiro, a presente pesquisa parte do entendimento que a manutenção da forma democrática é necessária, mas não suficiente para assegurar a democracia. Sendo assim, investigar como os próprios brasileiros concebem a democracia revela-se um caminho promissor para compreender as incongruências entre normas e práticas, bem como os significados atribuídos à participação política.

## 2.1 Por uma cultura política democrática

Em conformidade ao que foi exposto anteriormente, reconhecem-se aqui os desafios de trabalhar com a concepção de democracia – dada, em sua origem, a polissemia do termo e as vertentes teóricas que a contemplam. Ademais, como lembram Castro e Vizcarra Castillo (2021, p. 54), a democracia no Brasil foi importada com base em modelos eurocêtricos, “fruto de uma verdadeira simbiose entre os interesses das elites econômicas e políticas e os valores hegemônicos da época”. Dessa maneira, os ritos formais da democracia são respeitados e historicamente constituídos, o que não significa, por

outro lado, que imprimam um significado na dimensão social e individual da vida política. Ou seja, o que se discute aqui – em consonância às pesquisas produzidas no âmbito da Cultura Política brasileira, sobretudo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – é a ambivalência das atitudes dos brasileiros que, se, por um lado, aceitam e valorizam a democracia como sistema político, por outro, apresentam atitudes antidemocráticas.

Uma das referências centrais nessa discussão é o trabalho acerca do componente inercial da democracia, desenvolvido por Baquero (2018). A partir da identificação do autor do descompasso entre as atitudes dos brasileiros foi possível desenvolver pesquisas que insiram esse debate nas análises conjunturais da política nacional, de onde podem ser desenvolvidas teorias explicativas de médio e de longo prazo para compreender os avanços e retrocessos políticos. Ainda, foi possível levantar o debate epistemológico sobre o próprio entendimento teórico de verve culturalista da democracia. O paradigma central de Almond e Verba (1963) contribui para interpretar o fenômeno da democracia ao estabelecer a relação entre fenômenos micro e macropolíticos, dando ênfase ao papel do cidadão, mas apresenta limitações ao restringir o debate à democracia liberal (Castro et al., 2022). Nesse sentido, há que se considerar que, desde os primórdios republicanos do Brasil, embora os valores da democracia liberal tenham sido atraentes para a sociedade colonial que instituiu essa forma de governo no início do século XX, houve a manutenção de atitudes elitistas que depreciavam a maioria da população – uma cultura política híbrida já se apresentava (Castro; Vizcarra Castillo, 2021).

Somado a isso, a formação sociopolítica no Brasil foi acompanhada por golpes e a presença de governos autoritários, de tal modo que um componente fundamental para refletir sobre a sua cultura política é a nostalgia da ditadura (Castro, 1996; Bittencourt, 2020; Andrade, 2024). Não obstante os brasileiros viverem em um governo democrático, a memória acerca do passado autoritário ainda é evocada de forma positiva em discursos de figuras políticas e é reforçada pela persistência de práticas autoritárias no espaço público e privado (Da Costa; González, 2019; Da Costa; Oliveira Santos, 2024). Quando se trata da compreensão dos brasileiros acerca da democracia, esses fatores se conformam de maneiras distintas e comunicantes simultaneamente, isso significa que os aspectos atribuídos à democracia liberal são apreciados – como direitos individuais, a salvaguarda de liberdades privadas, a manutenção de ritos formais – mas não concorrem com a reprodução de valores autoritários e a ênfase em na garantia de segurança. Quando se trata especificamente da questão securitária, o que se apresenta é o impacto da desigualdade no país, muitas pessoas carecem da manutenção de necessidades básicas na vida cotidiana e são continuamente expostas a situações de vulnerabilidade. Essa baixa segurança existencial (Castro; Vizcarra Castillo, 2021) aproxima a cultura política brasileira de uma cultura política tradicional, relacionada à ordem e autoritarismo. Como lembram Inglehart e Baker (2000), a transformação cultural não segue uma trajetória linear, de tal forma que, com o surgimento de uma sociedade pós-industrial, os valores se organizam em novas direções<sup>3</sup>.

<sup>3</sup> Segundo Inglehart e Baker (2000), o desenvolvimento econômico suscitou duas abordagens centrais sobre mudança cultural: uma ligada à teoria da modernização, que vê forças econômicas e políticas promovendo a substituição de valores tradicionais por valores “modernos” e a convergência cultural; e outra, que enfatiza a persistência de valores tradicionais, relativamente independentes das condições econômicas, moldando a trajetória cultural mesmo diante do desenvolvimento. No contexto europeu, Inglehart (2012) observa que sociedades industriais avançadas experimentam transformações culturais intergeracionais, em que gerações mais jovens, socializadas em períodos de prosperidade sem precedentes, passam a priorizar valores pós-materialistas, como autoexpressão, participação política, valores estéticos e intelectuais, à

Ao interpretar o conceito de democracia a partir da perspectiva dos cidadãos brasileiros, o objetivo não é normatizar sua vivência democrática, mas descrevê-la tal como se manifesta, com o intuito de formular inferências que contribuam para a compreensão das especificidades do caso brasileiro. Essa breve retomada do debate teórico sobre Cultura Política no Brasil – com ênfase no referencial teórico que vem sido desenvolvido nos estudos realizados na UFRGS – conduz a uma reflexão crítica sobre os limites tanto das teorias clássicas da democracia quanto das abordagens tradicionais da própria Cultura Política em captar as complexidades dessa realidade. Ao desenvolver este estudo exploratório, com base na análise combinada de dados quantitativos e qualitativos sobre o entendimento da democracia pelos brasileiros, buscamos examinar os valores e percepções que sustentam – ou tensionam – o processo democrático no país e seus significados para o cidadão comum.

Do ponto de vista epistemológico, este estudo contribui para deslocar o olhar normativo tradicional sobre a democracia, ao privilegiar a análise das representações e percepções políticas no contexto brasileiro. Em vez de tomar a democracia como um modelo ideal a ser aferido por padrões externos, a pesquisa parte da realidade social e cultural dos cidadãos para compreender como o regime democrático é compreendido no cotidiano. Essa abordagem permite questionar categorias analíticas consolidadas, promover a crítica às generalizações teóricas descontextualizadas e valorizar a produção de conhecimento situada, sensível às contradições de um país marcado por desigualdades estruturais e legados autoritários.

### 3 Procedimentos metodológicos

Para realização desta pesquisa adotamos uma abordagem que combina métodos tanto dedutivo quanto indutivo. Similarmente, lançamos mão de dados quantitativos e dados qualitativos, com o objetivo de aferir os padrões gerais de valores e atitudes relacionados à democracia e os significados atribuídos a ela. Partimos de questões tradicionais dos WVS para estruturar a análise quantitativa, ao mesmo tempo em que buscamos explorar, de forma aberta, os significados, valores e atitudes relacionados à democracia pelos participantes dos grupos focais. Com essa combinação buscamos capturar tanto a aderência a valores democráticos, quanto as interpretações subjetivas e contextuais desses valores.

#### 3.1 Dados quantitativos

De forma a orientar e complementar a compreensão da concepção dos brasileiros sobre democracia, as análises quantitativas são aqui empregadas na investigação acerca dos valores e atitudes dos brasileiros em relação a ela. Os dados analisados são do World Values Survey, uma das maiores pesquisas sociais do mundo que foca no estudo de valores sociais, políticos, econômicos, religiosos e

---

medida que suas necessidades básicas são satisfeitas. Entretanto, essas tendências podem não se reproduzir de forma tão direta em outros contextos culturais, como na América Latina, onde persistem desigualdades socioeconômicas marcantes, insegurança existencial e instituições frágeis. Nessas condições, o avanço de valores pós-materialistas pode ser limitado, e a persistência de valores tradicionais pode ter peso maior na configuração da cultura política e nas prioridades sociais, tornando a relação entre desenvolvimento econômico e mudança cultural mais complexa e menos previsível.



culturais das populações. Presente no Brasil desde a década de 1990, o WVS utiliza amostras nacionais representativas da população adulta (18 anos ou mais), com aplicação de questionários padronizados. Os dados utilizados em nossa análise são referentes à sétima onda, coletados em 2018. Vale a pena ressaltar que tais dados consistem em um retrato observável da sociedade àquele momento, refletindo as percepções e comportamentos específicos da população naquele período, e não generalizáveis para outros contextos temporais. As entrevistas foram conduzidas presencialmente, respeitando critérios estatísticos de estratificação por região, sexo, idade e escolaridade. A amostra brasileira é probabilística, com  $N = 1762$ . Todos os dados são públicos e foram obtidos no site da World Values Survey Association (2017).

Selecionaram-se 13 questões do questionário do WVS Brasil, organizadas em três eixos analíticos: apoio à democracia, percepção sobre atitudes e valores democráticos (democracia como conteúdo) e confiança nas instituições (democracia como forma). Para mensurar a percepção da importância atribuída à democracia, utilizou-se a seguinte questão: “Quão importante é para você viver em um país governado democraticamente?”, medida em uma escala crescente de 10 pontos, na qual 1 corresponde a “nada importante” e 10 a “absolutamente importante”. No que se refere às atitudes e aos valores democráticos, foram selecionadas quatro variáveis relativas à avaliação de sistemas políticos alternativos, a saber: “ter um líder forte que não se preocupe com parlamento e eleições”; “ter especialistas, e não o governo, tomando decisões de acordo com o que acham melhor para o país”; “ter o exército governando”; “ter um sistema orientado por leis religiosas e sem partidos ou eleições”. Essas variáveis são medidas em uma escala decrescente de quatro pontos, em que 1 indica “muito bom” e 4 “muito ruim”. Além destas, três questões referentes a valores característicos do regime democrático, redigidas assim: “Democracia é quando”: “o exército assume o poder quando o governo é incompetente”, “as pessoas escolherem seus líderes em eleições livres”, “os direitos civis protegerem as pessoas da opressão estatal”. Medidas em escala crescente de 10 pontos, na qual 1 representa “não é uma característica essencial” e 10 “uma característica essencial da democracia”.

Por fim, para avaliar a confiança em instituições políticas, foram consideradas cinco variáveis: “confiança no sistema de justiça”, “confiança no governo”, “confiança nos partidos políticos”, “confiança no congresso” e “confiança nas eleições”. Todas são mensuradas por meio de uma escala decrescente de quatro pontos, sendo 1 equivalente a “confio muito” e 4 a “não confio nada”.<sup>4</sup> Para as análises, as questões referentes à confiança foram agregadas em um índice calculado pela média das respostas ( $\alpha$  de Cronbach = 0,799), o qual no contexto deste trabalho chamaremos de Índice de Confiança nas Instituições.

Para analisar a relação entre o apoio à democracia, os valores e atitudes democráticos e o apoio às instituições políticas democráticas, aplicou-se, primeiramente, o teste de correlação de Spearman<sup>5</sup>. O uso do teste de correlação aqui visa, conforme nosso objetivo geral, explorar e indicar possíveis contradições e paradoxos acerca do apoio nominal ao regime democrático e o culto a valores e atitudes incongruentes em relação a ele.

<sup>4</sup> No Anexo I disponibilizamos um quadro com a lista dos códigos das variáveis e suas questões para fins de consulta na base de dados disponível no site do World Values Survey.

<sup>5</sup> A correlação de Spearman é usada para dados não paramétricos, de caráter ordinal ou categóricos.



Com o objetivo de tornar os resultados mais inteligíveis, as escalas das questões relativas à tomada de poder pelo exército e à confiança nas instituições foram recodificadas, de modo a uniformizar a direção das respostas. Assim, todas as escalas foram ajustadas para que os escores mais baixos representem posições menos compatíveis com a democracia, enquanto os escores mais altos correspondam a atitudes mais alinhadas com os princípios democráticos. Os resultados serão abordados mais adiante.

Posteriormente, buscando fortalecer a investigação, procedeu-se à análise estatística por meio do teste não paramétrico de Kruskal-Wallis<sup>6</sup>. O objetivo foi verificar se o apoio à democracia como forma de governo estava associado a atitudes concernentes ao seu conteúdo. Para tal, tomou-se como variável de agrupamento a questão que mensura o apoio ao regime (“Quão importante é para você viver em um país governado democraticamente?”), recategorizada em uma escala de quatro níveis (1-2, 3-5, 6-8, 9-10). Como variáveis dependentes, analisaram-se as respostas a itens que avaliam a predisposição a modelos políticos alternativos e autoritários, a saber: a defesa de um “líder forte”, a governança por “especialistas”, o governo militar e a implementação de um “sistema baseado em leis religiosas”. A escolha desta bateria de questões se justifica por fazerem parte do conjunto de questões que representam a dimensão relativa à atitude dos respondentes com relação à democracia no questionário da pesquisa do World Values Survey.

### 3.2 Dados qualitativos

Os dados qualitativos foram obtidos por meio de grupos focais realizados no contexto da oitava onda do World Values Survey no Brasil. Os grupos foram realizados entre novembro de 2023 e novembro de 2024, em cinco capitais brasileiras que contemplaram as cinco regiões do país: Porto Alegre, Rio de Janeiro, Recife, Goiânia e Belém. Os respondentes foram organizados em grupos de oito pessoas, em uma representação paritária de gênero e homogênea de idade<sup>7</sup> e foram convidados a dialogar sobre temas envolvendo o imaginário político do brasileiro, organizados em dimensões de definição e sentido da política, democracia e ideologia. A partir da conclusão dos grupos, as transcrições foram realizadas por meio de inteligência artificial, revisada e corrigida por colegas do WVS Brasil, e a partir daí passamos à análise de conteúdo.

Para essa etapa da investigação, o trabalho fundamenta-se essencialmente nos parâmetros metodológicos estipulados por Bardin (2011). Seguiu-se uma elaboração teórica de dimensões de análise e seus códigos, das quais uma delas se concentrava substancialmente nos ideais democráticos. Essa estruturação pré-concebida de dimensões de análise se apoia essencialmente no conjunto de saberes e na literatura mobilizada sobre os temas de pesquisa recorrentes dentro do grupo de pesquisa do WVS Brasil, que já possui uma consolidada tradição envolvendo a temática do imaginário político dos brasileiros. Na sequência, a codificação do conjunto de dados textuais foi realizada com o uso do software Nvivo, com rodadas de execução e revisão entre os pesquisadores do grupo, para garantir diferentes perspectivas de observação e evitar vieses.

<sup>6</sup> O teste Kruskal-Wallis é usado para comparar diferenças entre respostas de três ou mais grupos independentes, tratando dados não paramétricos.

<sup>7</sup> No Anexo II disponibilizamos mais informações sobre a composição dos grupos focais.

Na etapa analítica, em uma lógica dedutiva de pesquisa, o conteúdo das falas dos informantes dos grupos – já codificadas – foi analisado tanto por meio da enumeração de suas frequências e pelo cruzamentos das unidades de registro para uma análise de coocorrências. Em seguida, a investigação passou a uma análise indutiva das discussões dos grupos focais, buscando organizá-las em categorias que acreditamos satisfazer uma representação de seu conteúdo. Como parte integrante do processo de interpretação dos dados e com base nos pressupostos teóricos expostos, buscando expandir a capacidade exploratória do estudo, a análise realiza uma distinção entre as compreensões da democracia enquanto seus aspectos mais formais, como procedimentos e instituições, e aquelas relativas à seu conteúdo, como valores e atitudes, de acordo com o que concebem Ranincheski e Castro (2012). Os resultados obtidos são apresentados posteriormente no texto.

#### 4 Resultados quantitativos

A análise quantitativa do teste de correlação entre as variáveis mencionadas indicou a ambivalência dos valores dos brasileiros quanto à democracia, uma vez que apresentam conteúdos contraditórios. Os resultados apresentados na Tabela 1 abaixo, mostram que nem todas as variáveis possuem correlações significativas entre si, o que aponta, em primeira análise, que a percepção da importância da democracia como regime político não é acompanhada pela rejeição consistente e expressiva a conteúdos de valores antidemocráticos. Além disso, as correlações que são significativas se dividem entre positivas e negativas, apontando que mesmo existindo a percepção da importância da democracia, coexiste a ideia de anuência e apoio a atitudes e valores incoerentes com a própria democracia. Para a correta interpretação das correlações apresentadas na tabela, é importante lembrar que as variáveis associadas a aspectos negativos em relação aos valores democráticos foram recodificadas, de modo que os escores mais baixos indicam maior aceitação desses aspectos, enquanto os escores mais altos indicam maior rejeição.

Tabela 1 - Correlações

	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Importância da Democracia	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Escolher o Líder	0.406***	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Exército assume Governo	0.089***	0.081**	-	-	-	-	-	-	-
4. Direitos Civis garantem Liberdade	0.383***	0.493***	0.030	-	-	-	-	-	-
5. Líder Forte	0.042	-0.013	0.115***	0.026	-	-	-	-	-
6. Especialistas tomando decisões	-0.072**	-0.101***	0.025	-0.027	0.315***	-	-	-	-
7. Exército Governando	0.207***	0.133***	0.354***	0.132***	0.202***	0.136***	-	-	-
8. Leis Religiosas	0.149***	0.204***	0.244***	0.156***	0.153***	0.068*	0.304***	-	-
9. Índice de Confiança Instituições	0.050	0.015	0.044	-0.018	-0.011	0.044	0.006	-0.075**	-

Nota: \* p < 0.05, \*\* p < 0.01, \*\*\* p < 0.001.  
Fonte: Elaborado pelos autores (2025)

Como pode ser observado, encontramos correlações moderadas positivas e estatisticamente significativas entre a importância de viver sob um regime democrático e os dados acerca de valores essenciais à democracia de “as pessoas escolherem seus líderes em eleições livres” e “os direitos civis protegerem as pessoas da opressão estatal”. Esses resultados ilustram uma coerência entre o apoio à democracia com a presença de valores democráticos intrínsecos aos indivíduos. Isto é, nesses dois casos a concepção da democracia como conteúdo está coerente com o apoio ao regime.

Houve também correlação positiva entre o apoio à democracia e as variáveis que medem a rejeição a ter o exército governando, a deposição do governo pelo exército caso o primeiro seja incompetente ou ser governado por leis religiosas também. Porém, por mais que esses resultados ilustrem uma coerência, as correlações são fracas ou quase insignificantes. Ou seja, apesar do apoio ao regime ir ao encontro da rejeição por opções autoritárias, essa relação é fraca e pouco expressiva. Do mesmo modo, houve uma correlação negativa significativa entre o apoio à democracia e a pergunta sobre ter especialistas tomando decisões no lugar de políticos — a tecnocracia<sup>8</sup>. Apesar da correlação não ser fortemente expressiva, esses resultados vão na contramão do conteúdo democrático, indicando o apoio à limitação da representação. Ainda sobre opções não democráticas, não houve correlação significativa entre o apoio à democracia e rejeição de um líder forte que não precise se preocupar com parlamento e eleições — o que, em uma cultura política consolidada democraticamente, seria esperado como uma correlação forte e estatisticamente significativa. Portanto, os dados até aqui mostram que parte da população brasileira não apresenta forte rejeição a arranjos governamentais de caráter autoritário, reforçando a hipótese de que o apoio ao regime democrático, em nível de opinião pública, não acompanha a internalização de valores de conteúdo democráticos entre a população.

Além disso, a correlação entre a percepção da importância da democracia com o índice de confiança em instituições democráticas tampouco foi significativa, sinalizando a desconfiança generalizada dos brasileiros em relação ao seu sistema de governo — inclusive entre aqueles que dizem ver importância no regime democrático. A união entre valores contraditórios em relação ao regime democrático junto com o baixo apoio às instituições mesmo entre aqueles que apoiam a democracia no Brasil expõe a dificuldade de tratar deste tema dentro da Ciência Política. Para além disso, em geral os resultados expõem a fragilidade do sistema, ao verificarmos que, embora os dados apresentem alguns resultados positivos, refletem um apoio superficial ou mal consolidado à democracia, ou ainda a aceitação parcial ou pelo menos tolerância a soluções não democráticas.

Em complementação aos achados da análise das correlações, os resultados do teste de Kruskal-Wallis corroboram os indícios da falta de fundamentação no apoio dos brasileiros à democracia.

---

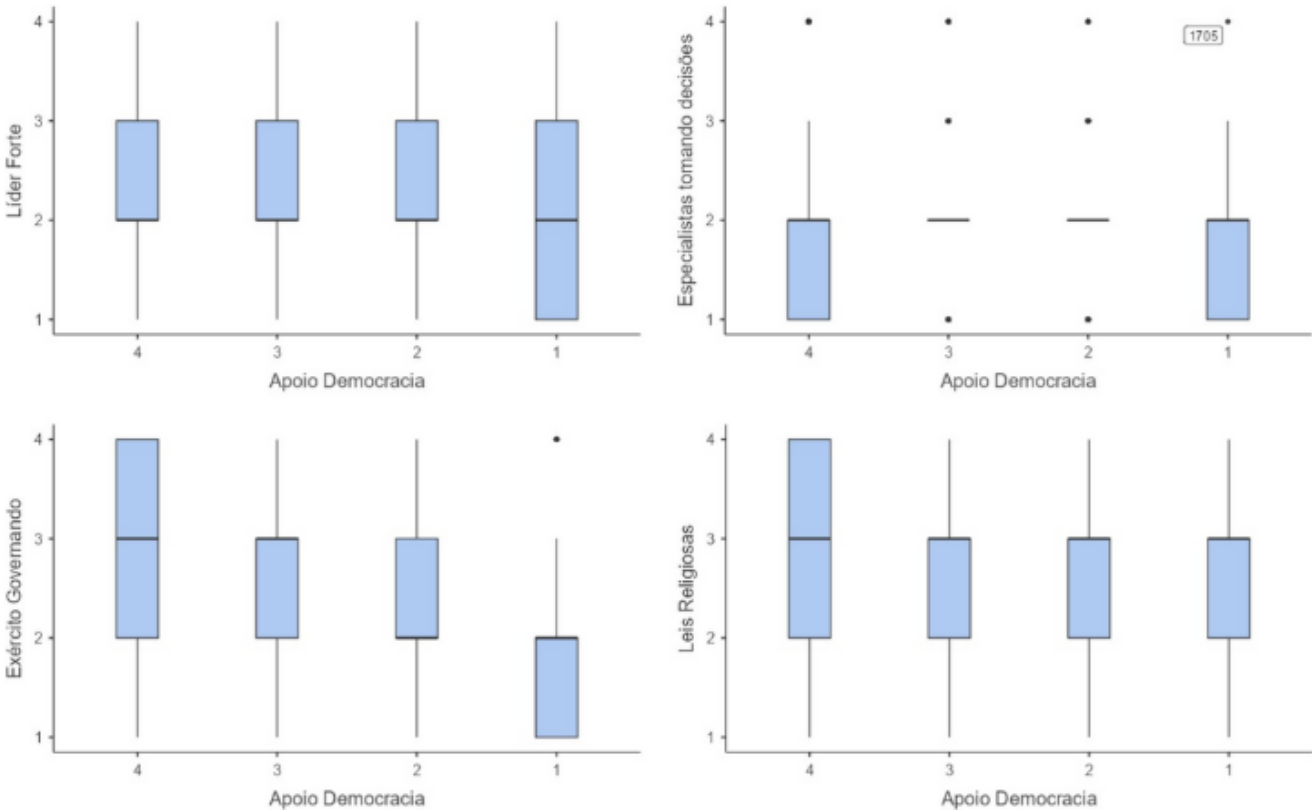
<sup>8</sup> Tecnocracia refere-se a um modelo de governo baseado no primado dos técnicos e da racionalidade instrumental, no qual decisões políticas são tomadas com base em critérios técnicos e científicos, em detrimento da deliberação democrática. Suas raízes remontam ao pensamento de Saint-Simon (1760-1825), crítico da irracionalidade do mercado, e ganham inflexão com Weber, ao relacionar a racionalização à reprodução do capitalismo (Faoro, 1973). Segundo Faoro (1973), a tecnocracia mascara a distinção entre juízo técnico e político, ocultando sua dimensão ideológica sob a aparência de neutralidade. Com isso, reduz-se o espaço para a política orientada por valores coletivos, e a soberania popular tende a ser deslegitimada em nome da eficiência técnica.

Tabela 2 – Teste Kruskal-Wallis

	$\chi^2$	Gl	P
Líder Forte	3.50	3	0.321
Especialistas tomando decisões	12.07	3	0.007
Exército Governando	65.76	3	<.001
Leis Religiosas	22.30	3	<.001

Fonte: Elaborado pelos autores (2025)

Figura 1 – Gráficos Boxplot



Fonte: Elaborado pelos autores (2025)

Os dados acima mostram que não há diferenças significativas acerca da aprovação de um sistema em que haja “um líder forte que não precise se preocupar com parlamento e eleições” entre aqueles que apoiam mais ou menos a democracia. Em outras palavras, o apoio nominal à democracia não altera significativamente a visão sobre ter um líder forte sem parlamento/eleições. Para além disso, também é possível inferir que a respeito de um sistema político tecnocrático, há maior variação entre os grupos, porém o grupo de apoio máximo a

democracia tende a avaliar mais positivamente a ideia de especialistas governando do que os demais. Em termos práticos, mesmo quem apoia fortemente a democracia pode considerar positivo substituir políticos por especialistas, sugerindo tensão entre democracia representativa e tecnocracia. Quanto às questões sobre “ter o exército governando” e “sistema governado por leis religiosas”, os grupos de apoio se distinguem mais entre si, e essa distinção é bastante significativa, embora a opção “um governo de militares” ter mais apoio entre aqueles que não apoiam a democracia do que um governo religioso. Em suma, os resultados indicam que a disposição a apoiar a democracia não se traduz de maneira uniforme em atitudes sobre formas autoritárias de governo, revelando inconsistências nas concepções políticas dos respondentes.

## 5 Resultados qualitativos a partir dos grupos focais

Para cumprir o propósito deste trabalho, começamos com a análise das ocorrências de menções ao termo democracia ou a sentidos a ele relacionados durante as discussões dos grupos focais em análise. Em uma perspectiva geral dos cinco grupos focais, o tema foi referido 180 vezes, sendo disparadamente o tópico mais mencionado no contexto dos grupos sobre imaginário político dos brasileiros. Quando realizamos a análise de coocorrências a partir dos códigos pré-concebidos, os principais cruzamentos com a noção de democracia na fala dos informantes foram: representatividade (15), liberdade (13), *status quo* do Brasil (12), corrupção (8), elite política (7), religião e política (7), descrença no processo democrático (6), relação entre os três poderes (6), mudança (5) e papel dos políticos (5). Surgiram algumas outras coocorrências<sup>9</sup>, mas não recorrentes, não configurando algo que sugira um padrão de associação no conteúdo das falas dos participantes.

Esse levantamento inicial evidencia a centralidade do tema no imaginário político dos participantes. A frequência com que a democracia foi mencionada indica que o termo ocupa um lugar central no discurso das pessoas quando o assunto é política, embora essas citações não signifiquem, necessariamente, uma compreensão mais profunda sobre as diversas manifestações do regime político. Os cruzamentos mais recorrentes, especialmente com as noções de representatividade, liberdade e o *status quo* do país, sugerem que a percepção da democracia pode estar conectada tanto a expectativas quanto a percepções ou julgamentos sobre o funcionamento do sistema político brasileiro. Acrescentando à essa leitura o destaque de temas como corrupção, elite política e descrença no processo democrático, reforça a percepção ambígua dos participantes. A democracia é, ao mesmo tempo, um ideal valorizado e um sistema desacreditado ou desmoralizado.

Os achados da abordagem indutiva vêm ao encontro do exposto e complementam a análise, fornecendo os sentidos em que essas percepções se expressam. Organizamos esses resultados em um primeiro tópico abordando um panorama geral dos significados mais recorrentes e enfáticos relacionados ao conceito de democracia. Após isso, orientados pela

<sup>9</sup> As demais coocorrências são: Educação (4), Interesses (4), Centro (3), Cinismo (3), Conservadorismo (3), Ideais religiosos (3), Informação (3), Polarização (3), (Des)igualdade (2), Autoritarismo (2), Capitalismo (2), Definições de política (2), Ignorância (2), Personificação da política (2), Visão sobre valores e atitudes dos brasileiros (2), Diluição do conceito de política (1), Direita (1), Esquerda (1), Governabilidade (1), Liberalismo (1), Políticas de inclusão social (1), Violência (1), Visões de passado e futuro (1).

compreensão teórica de que a concepção de democracia se constitui de forma e conteúdo (Ranincheski; Castro, 2012), organizamos o texto entre as interpretações relacionadas à cada uma destas dimensões.

### 5.1 Panorama geral sobre democracia

Em uma perspectiva geral, entre todas as falas relacionadas à democracia, os sentidos mais evidentes se traduzem nas seguintes categorias: democracia como eleição, democracia como poder do povo e democracia como liberdade.

A primeira e mais notável categoria reconhecida entre as falas dos participantes se refere à compreensão da democracia como eleição. Essa redução da democracia como algo restrito ao aspecto procedimental do voto se expressa em diversas falas como “uma democracia política pra mim é tu ter o direito de eleger, de dar o teu voto” (Participante de Belém, nov. 2024)<sup>10</sup>, ou ainda “eu vou voltar para a democracia política. Nós elegemos nossos representantes que estão lá por voto democrático, né?” (Participante de Porto Alegre, nov. 2023). Além disso, o mesmo sentido se expressa em falas que se referem a alternância de poder. Porém, mesmo quando mencionam essa rotatividade de governos, em última instância, essas falas referem-se igualmente à possibilidade procedimental da escolha de representantes na democracia, como podemos notar em passagens como “a democracia, [...], está nas últimas eleições, onde a gente botou um presidente, tirou, teve uma presidente que foi deposta, depois a gente elegeu presidente que tinha pensamentos totalmente diferentes do anterior, e agora vice-versa” (Participante de Recife, dez. 2023). Pode-se ver o mesmo na seguinte manifestação: “eu acho que a democracia existe sim, [...]. Foram 16 anos de PT, passou pelo Bolsonaro, voltou para o PT, e agora a gente não tem nada a esperar. Fim de novela, né, pra ver o que realmente vai acontecer com os próximos quatro anos de eleição” (Participante do Rio de Janeiro, nov. 2023). Tal concepção acaba por se tornar a maior expressão de democracia nas falas dos participantes, atravessando inclusive outras compreensões, como poderá notar-se no decorrer das análises.

Uma outra categoria de sentidos que se identificou nas manifestações referentes a democracia é uma compreensão que resume a democracia como “poder do povo”. Algumas contribuições como “democracia é o governo do povo para o povo. Que é uma palavra de origem grega, onde demo quer dizer governo, e cracia quer dizer povo. É o governo do povo para o povo” (Participante de Goiânia, jan. 2024), ensaiam uma noção similar a que é introduzida na escola e nos livros didáticos, buscando uma referência no conhecimento formal a que teve acesso. Há também manifestações mais tímidas nesse sentido, como no exemplo “então eu entendo que o povo tem certo peso, dependendo da questão da democracia” (Participante do Rio de Janeiro, nov. 2023). Porém, outras manifestações que expressam esse entendimento sugerem, em alguma medida, que o poder do povo se traduz tanto por meio dos procedimentos da eleição: “manda quem o povo elege. É isso aí. Se o povo escolhe, então a gente vai ter que obedecer” (Participante do Rio de Janeiro, nov. 2023). Ou ainda, indica uma compreensão que esse “poder do povo” estaria inclusive além de apenas escolhas, em um sentido de *accountability* ou mesmo

<sup>10</sup> As transcrições apresentadas aqui reproduzem trechos das falas dos participantes dos grupos focais analisados. Qualquer vício de linguagem ou afins se deve ao fato de termos mantido a autenticidade das falas.



acima de normas da própria democracia: “democracia é você ter a liberdade de fazer o que você quer, é querer que os políticos façam. A gente ter o poder, porque na verdade o poder é do povo, né?” (Participante de Recife, dez. 2023); e “democracia é isso. É a gente ter o poder de dizer quem manda aqui sou eu. Mas, infelizmente, a gente não tem essa cultura. Eu acho que a democracia tá muito ligada nisso aí” (Participante de Goiânia, jan. 2024). Esse tipo de entendimento pode ser interpretado em dois sentidos. Primeiro, uma assimilação do conceito de democracia para além dos aspectos formais e procedimentais, mas como um sistema que contém em si a participação contínua do cidadão e a responsabilização dos representantes eleitos. Já o segundo, pode estar ligado à noção distorcida de democracia em que existe a prerrogativa popular de destituir um governo eleito por ele não estar respondendo às expectativas de performance de parte da população. Embora seja difícil afirmarmos seguramente o significado absoluto de todas as falas, a segunda interpretação iria ao encontro dos demais dados expostos aqui.

Além destas, outra categoria percebida nos dados dos grupos focais foi a compreensão de democracia como liberdade. Algumas das interpretações possuem sentidos mais literais relacionados à liberdade individual, tanto de manifestação e de escolha, enquanto outras expressam uma liberdade para além da democracia. Das mais simples compreensões como “que é democracia, é poder votar, é tu ter livre escolha, é tu ter liberdade” (participante de Porto Alegre, nov. 2023) e “é ser livre, vai pensar o que você quiser” (participante do Rio de Janeiro, nov. 2023), até entendimentos que opõem a liberdade à repressão, como “você pode se manifestar da forma que você quiser e não ser reprimido por isso” (Participante do Rio de Janeiro, nov. 2023). Essas falas pressupõem a democracia como o regime garantidor de direito civil da liberdade.

Retomamos aqui à advertência de Bardin (2011, p. 146), para quem “por vezes torna-se necessário nos distanciarmos da crença sociológica na significação da regularidade. O acontecimento, o acidente e a raridade possuem, por vezes, um sentido muito forte que não deve ser abafado”. À luz de seus ensinamentos, ainda que não tenha sido uma percepção amplamente recorrente, vale ressaltar outro significado atribuído à democracia, associado à noção de liberdade. Nesse sentido, de maneira paradoxal, alguns informantes apresentaram um julgamento negativo da democracia brasileira justamente com base na associação da ideia de democracia com a de liberdade, como em:

Eu vivo num país democrático, não vou votar. Se existisse isso, muitos políticos não ganhariam. Porque o povo se rebelaria e dizia, não, ninguém vota. Vamos deixar sem votar, vamos zerar. Ninguém vai pra lugar nenhum. Queria ver quem ia ganhar? Isso é uma democracia (Participante de Belém, nov. 2024).

Em um sentido semelhante, temos a seguinte manifestação: “democracia é tu poder escolher. Só que pra poder escolher a gente tem que ter opções. E hoje em dia a gente é meio entornado [sic] em relação às opções” (Participante do Rio de Janeiro, nov. 2023). Essas afirmações, além de expressarem uma insatisfação latente com a obrigatoriedade do voto, implicam uma compreensão de que a liberdade seria mais imprescindível na democracia do que o próprio voto.

## 5.2 Democracia: forma

No que tange à democracia como procedimentos e instituições, as declarações dos informantes dos grupos se concentram na já mencionada formulação do regime como eleição e voto, mas também se destacam menções à representatividade e a algumas instituições relacionadas à ela, como partidos políticos e o executivo.

Os grupos apresentaram uma compreensão conjunta da importância da representatividade e das demandas populares serem ouvidas, como em “então a gente tem o poder de escolher quem a gente vai representar, mas aquela pessoa deveria honrar o meu voto, o voto de quem deu, né?” (Participante de Recife, dez. 2023). Este entendimento vem acompanhado da insatisfação relacionada à falta de proatividade da população para ser ouvida e a falta de disposição que percebem dos governantes de assumir as posições queridas por seus eleitores. Isto pode é exemplificado pela fala de uma informante de Porto Alegre:

E como a [outra informante] falou, se o povo soubesse realmente da força que tem, eu acredito que mudaria bem mais coisa se soubesse realmente quando fazer, quando protestar, o momento exato de protestar, a causa exata para protestar, não só quando vai atingir seus interesses particulares, mas sim do social por completo (nov. 2023).

Outra característica importante desta compreensão é uma percepção de que mesmo a democracia como representatividade, esta não seria efetiva devido a uma influência desproporcional das faixas mais ricas da população. Como pode ser exemplificado na manifestação a seguir: “é, o povo coloca, tira, entendeu? Mas, eles dão jeito, né? De mudar as coisas” (Participante de Goiânia, jan. 2024) e também pela seguinte:

Pra mim, quem manda no país é o 1%, que é aqueles bilionários de cheio de dinheiro que na nossa sociedade tem 1% que são eles, que são os super-ricos. Então, pra mim, se o político fala X, mas o super-rico lá fala Y, vai prevalecer o Y. Nenhum sistema político, se você não criou pelas suas influências na sociedade, você tem que obedecer a ele. Então, pra mim, até o político, independente da caixa que ele tiver, da posição que ele tiver, ele é uma maioria de super-ricos (Participante do Rio de Janeiro, nov. 2023).

Adicionalmente, a democracia representatividade também foi encarada negativamente quando relacionada a uma “delegação de responsabilidades”. Pode-se inferir isso por meio das falas:

as pessoas hoje em dia, elas tiram, elas acham que votaram, fizeram a sua parte e acabou ali. E é isso que eu acho que esse... esse arremido [sic] de democracia que a gente faz causa, sabe, as pessoas se eximem da responsabilidade. De ter elegido o Bolsonaro ou de ter elegido o Tiririca, para elas não sentem responsáveis por terem feito isso (Participante de Porto Alegre, nov. 2023).

E também “eu acho que a democracia é ruim porque ela te dá essa ilusão de que tá, tu fez a tua parte, teu tá ok, e não, ali começou a tua parte. O voto né, parte do processo, não é o processo todo” (participante de Porto Alegre, nov. 2023).

Os informantes também reconhecem a democracia em instituições como partidos político, como em “uma democracia política pra mim é tu ter o direito de eleger, de dar o teu voto, de, enfim, tu poder falar sobre a tua vontade, tua orientação partidária ou o que tu deseja pro partido, assim, via partidário” (Participante de Porto Alegre, nov. 2023). Porém, apesar da compreensão de democracia como eleição atravessar transversalmente também essa manifestação, ela também pode ser acompanhada de uma descrença, como podemos verificar na fala: “tem muitos partidos ali. Partido por partido é partido. Tipo assim, não sei quantos partidos existem, não tenho noção, mas se botassem uns doze, dez, estava bom. É muito!” (Participante do Rio de Janeiro, nov. 2023).

Todas essas manifestações expressam uma compreensão influenciada essencialmente pelos aspectos liberais que dominam a democracia brasileira. Porém, mesmo que essas compreensões sejam condizentes com uma perspectiva mais ampla de democracia, os entendimentos desses aspectos institucionais estão carregados de juízos que dificultam sua harmonia com aspectos sociais e de valores democráticos.

### 5.3 Democracia: conteúdo

No referente às falas dos informantes relacionados ao conteúdo da democracia, como valores e atitudes democráticos, constata-se um desengajamento ainda maior que aqueles relacionados à democracia formal. Percebe-se uma real dificuldade entre os diferentes grupos de formular ideais coerentes relacionados aos valores democráticos. O principal destaque aos valores democráticos se dá na identificação da necessidade de liberdade para a constituição e manutenção de um regime democrático. Esta liberdade, no entanto, também possui uma definição incipiente, como pode-se ver pela seguinte fala:

É liberdade, , por que você escolhe, né? A democracia é uma escolha. Você... Não, a gente escolhe, né, no caso. Porque se a gente não tivesse a democracia, a gente não escolheria. Eles escolheriam, eu acho, pela gente (Participante de Recife, dez. 2023).

Este entendimento também se resume, muitas vezes, à ideia de liberdade de expressão, sem uma definição concreta, e ocasionalmente estendendo-se para liberdade de movimento. Isto pode ser visto a partir da fala de uma informante de Porto Alegre: “é eu poder opinar, expressar a minha vontade, sim ou não, quero ou não quero, vou ou não vou, e ser respeitado” (nov. 2023). Os informantes, no entanto, também contrapõem a ideia de liberdade com as obrigações civis impostas pelo Estado brasileiro. Um dos informantes, a partir do conceito de liberdade construído pelo grupo, argumentou a falta de democracia através da falta percebida de liberdade:

Liberdade é ter liberdade de escolhas, né? Por exemplo, o Estado, te obriga a votar, te obriga a se alistar, tem uma série de obrigações que privam o teu direito de escolha. A gente já não tem uma liberdade, né? É uma falsa democracia, né? (Participante de Porto Alegre, nov. 2023)

Outra característica importante é que, mesmo quando perguntados sobre valores políticos e democráticos ou definições de democracia, os informantes voltavam-se pra definições vagas de ter algum tipo de governo com o poder de escolha do *povo*. Um informante definiu “porque é ele [o povo] que, assim, não é todo mundo, mas a grande parte da população que elege os governantes, no caso, o poder emana do povo” (Participante de Recife, dez. 2023). Esta ideia também se estende à valorização do respeito às diferenças e igualdade para a construção de uma democracia. Isto pode ser exemplificado pelas falas em Porto Alegre, “a democracia, acho que a expressão diz, né, que é o governo de todos” (nov. 2023), e de Recife, “mesmo não sendo bom para mim e sendo bom para ela, eu vou respeitar a opinião dela. Isso é democracia” (dez. 2023).

O respeito aos direitos também foi frisado em alguns grupos. Como por exemplo no Rio de Janeiro um dos informantes definiu a democracia com “respeitar o direito do povo, né? Os direitos e deveres” (nov. 2023). Direito à educação, justiça e segurança também foram citados como necessárias para a democracia.

## 6 Discussão dos resultados e conclusão

Em estudo publicado em 2010, José Álvaro Moisés concluiu que a maioria dos brasileiros é capaz de definir a democracia com base em duas dimensões fundamentais – as liberdades políticas e os procedimentos institucionais –, o que demonstra que suas concepções não são meramente difusas ou fruto exclusivo da difusão internacional do ideal democrático (Moisés, 2010). Nossos achados reiteram essa percepção dual: para os brasileiros, a democracia continua sendo entendida tanto como um valor normativo, vinculado à garantia das liberdades individuais, quanto como um arranjo institucional concreto, operacionalizado por meio de ritos formais como o voto e as eleições. Contudo, passados 15 anos do estudo de Moisés, não identificamos evidências que apontem para o amadurecimento ou a sofisticação crítica desse entendimento. Nas discussões em grupos focais, os participantes frequentemente articularam suas concepções normativas evocando temas como o sufrágio, a representação política e a importância do voto. No entanto, essas referências permaneceram restritas a enunciados convencionais, sem desdobramentos mais complexos sobre o conteúdo substantivo da democracia. Em muitos casos, o discurso se ancorou em noções genéricas – como a ideia de “poder do povo”, por exemplo – sem que houvesse maior elaboração sobre os direitos ou responsabilidades que estruturam efetivamente um regime democrático. Isso sugere a persistência de um imaginário político limitado, pouco informado por experiências de participação política ou por uma compreensão crítica do funcionamento institucional.

Com a análise das variáveis do WVS verificou-se que, apesar do forte apoio à democracia entre os brasileiros, existem indícios de que não existe entre eles uma forte rejeição a governos autoritários. Além disso, o índice de confiança nas instituições democráticas demonstrou que essa também não se efetiva. Estes fatores reforçam a ideia de que há um descolamento entre o apoio nominal à democracia e o apoio real.

As evidências encontradas nos dados qualitativos seguem estes achados. Entre os informantes dos grupos focais o apoio à democracia nominal se deu de forma quase unânime. No

entanto, a compreensão de democracia se dá de forma muito vaga. Percebe-se entre alguns informantes apoio a modelos de governo autoritários e, mais ainda, uma compreensão de que a democracia se resumiria a escolher seus representantes por meio do voto. Constata-se ainda um alto grau de desconfiança das classes políticas para representá-los e há um desencantamento com as possibilidades e capacidades do fazer democrático. Apesar de algumas falas pontuais apresentarem um entendimento mais diversificado da democracia, ensaiando definições que vão além de uma unidimensionalidade, a maioria do que se pode apreender das manifestações dos participantes denotam mesmo uma falta de compreensão de aspectos mais complexos. Além disso, dentre os poucos valores ressaltados na compreensão de democracia, a liberdade figurou quase isoladamente.

As três principais categorias encontradas pelos grupos focais traduzem as compreensões mais fortes e representativas das falas dos participantes dos grupos focais. Em uma certa medida, essas categorias conversam entre si quando entendidas como a expressão dos aspectos mais liberais presentes em nosso regime político. Em outras palavras, tais concepções de democracia podem ser entendidas como sintomas da democracia que se efetiva no Brasil, centrada essencialmente nos aspectos liberais.

Portanto, o apoio ao regime democrático não se traduz necessariamente na internalização de valores substantivos da democracia. A prevalência de sentidos como “democracia como eleição”, “democracia como poder do povo” e “democracia como liberdade” aproxima-se da concepção procedimental, centrada na dimensão eleitoral e institucional (Dahl, 1997; Schumpeter, 1961), e revela um afastamento em relação à compreensão da democracia como igualdade, inclusão social e justiça (Held, 2006). Nesse sentido, o quadro encontrado evidencia a tensão apontada por Bizzarro e Coppedge (2017) entre as concepções que reduzem a democracia ao embate nas urnas e aquelas que a expandem para além dos procedimentos. A baixa rejeição ao autoritarismo e a referência a noções mais formais de democracia sugerem limites para uma adesão popular a valores substantivos. Essa constatação dialoga diretamente com as divergências teóricas apontadas pela literatura, pois confirma a centralidade da dimensão eleitoral na percepção popular, ao mesmo tempo que evidencia a distância em relação às formulações substantivas ou mesmo a propostas integradoras, como a de Diamond e Morlino (2004).

Isto evidencia, por um lado, a persistência do componente inercial descrito por Baquero (2018) e, por outro, as limitações do paradigma liberal ao capturar a realidade brasileira: a adesão formal à democracia não se converte automaticamente em atitudes substantivas compatíveis com a consolidação democrática. Com base na discussão teórica apresentada neste artigo, a fim de complexificar esse debate, cabe retomar aqui a conclusão de Castro e Vizcarra Castillo (2021) quanto à aproximação da cultura política brasileira de padrões tradicionais, marcados pela valorização da ordem e do autoritarismo em razão da desigualdade no país, que compromete a satisfação de necessidades básicas e expõe grande parte da população à vulnerabilidade. Além disso, trata-se de um país de importante histórico de golpes de Estado e interrupções de mandatos. Desse modo, as contradições no pensamento político brasileiro e as dificuldades em consolidar uma cultura política democrática são imbuídos de significados próprios de seu contexto. Apresenta-se, assim, a necessidade de desenvolver interpretações

teóricas mais sensíveis às contradições históricas e culturais do país, capazes de explicar como valores democráticos podem coexistir com práticas e percepções autoritárias no cotidiano político.

Em síntese, as análises desenvolvidas aqui apontam para a inexistência de uma significativa identificação entre os brasileiros e a democracia. Embora algumas evidências de uma adesão formal possam ser identificadas, mesmo estas são acompanhadas de uma visão negativa a vários aspectos do regime. E acima disso, essa fraca adesão é pouco sustentada por valores substantivos que garantam sua consolidação cultural. Evidentemente, por tratar-se de um estudo exploratório, demandam maiores investigações que possam corroborar seus apontamentos, colaborar para generalizações para a população brasileira, ou até mesmo retificar algo. Ademais, as reflexões apresentadas aqui buscam colaborar para o debate de uma teoria política mais condizente com a realidade, mas também para uma realidade mais inclusiva e democrática.

### Referências

ALMOND, Gabriel A.; VERBA, Sidney. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Princeton: Princeton University Press, 1963.

ANDRADE, Bianca Ferreira de. *Nostalgia da ditadura e democracia inercial no Brasil e no Chile: vestígios autoritários na cultura política*. 2024. 95f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024.

AVRITZER, Leonardo. O pêndulo da democracia no Brasil: uma análise da crise 2013–2018. *Novos Estudos – CEBRAP*, v. 37, n. 1, p. 273–289, 2018.

BAQUERO, Marcello. *Democracia inercial: assimetrias entre economia e cultura política na América Latina*. Porto Alegre: UFRGS, 2018.

BAQUERO, Marcello; GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf. Cultura política, mudanças econômicas e democracia inercial. Uma análise pós-eleições de 2014. *Opinião Pública*, v. 22, p. 492–523, 2016.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BITTENCOURT, Marielli. *A “nostalgia da ditadura” e as eleições de 2018 no Brasil: uma proposta de explicação*. 2020. 50f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

BIZZARRO, Fernando; COPPEDGE, Michael. Variedades da democracia no Brasil. *Opinião Pública*, v. 23, p. 1–42, 2017.

CASTRO, Henrique Carlos de O. *A democracia em cheque: um estudo de cultura política entre os porto-alegrenses*, 1996. 108 p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1996.

CASTRO, Henrique Carlos de O. *Democracia e mudanças econômicas no Brasil, Argentina e Chile*. um estudo comparativo de cultura política. 2000. 172 p. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira; DE OLIVEIRA SANTOS, Débora; BEAL, Luana Isabelle. A armadilha da cultura cívica revisitada: a persistência dos limites analíticos no campo da cultura política. *Revista Debates*, v. 16, n. 2, p. 9-28, 2022.

CASTRO, Henrique; VIZCARRA CASTILLO, Sofia. Uma democracia frágil e sem valores democráticos. *Revista Debates*, v. 15, n. 2, p. 45-73, 2021.

CROUCH, Colin. *Post-democracy*. Cambridge: Polity Press, 2004.

DA COSTA, Máira P.; GONZÁLEZ, Rodrigo S. Justiça de transição, cultura política e legado autoritário no Cone Sul. *Revista Sul-Americana de Ciência Política*, v. 5, n. 1, p. 125-146, 2019.

DA COSTA, Máira Pereira; DE OLIVEIRA SANTOS, Débora. Entre memória e política: a mobilização do passado e do autoritarismo pela extrema-direita nas eleições presidenciais de 2018 no Brasil. *Sillogés*, v. 7, n. 2, p. 475-506, 2024.

DAHL, R. *Poliarquia*. participação e oposição. São Paulo: Edusp, 1997.

DIAMOND, Larry; MORLINO, Leonardo. The quality of democracy: an overview. *Journal of democracy*, v. 15, n. 4, p. 20-31, 2004.

EASTON, David. *A systems analysis of political life*. New York: Wiley, 1965.

FAORO, Raymundo. Tecnocracia e política. *Revista de Ciência Política*, v. 7, n.3, p. 49-163, 1973.

FUKS, Mario et al. Determinantes contextuais da coesão do sistema de crenças democrático: evidências a partir da América Latina. *Revista Brasileira de Ciência Política*, v. 28, p. 7-32, 2019.

HAY, Colin. *Political analysis*. a critical introduction. London: Palgrave Macmillan, 2002.

HELD, David. *Models of democracy*. Redwood City: Stanford University Press, 2006.

INGLEHART, Ronald. A revolução silenciosa na Europa: mudança intergeracional nas sociedades pós-industriais. *Revista de Sociologia e Política*, v. 20, n. 43, p. 159-191, 2012.

INGLEHART, Ronald; BAKER, Wayne. E. Modernization, cultural change, and the persistence of traditional values. *American Sociological Review*, v. 65, n. 1, p. 19-51, 2000.

INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. *Modernization, cultural change, and democracy*. the human development sequence. Cambridge, UK New York: Cambridge University Press, 2005.

MARSHALL, T. H. *Cidadania e classe social*. São Paulo: Unesp, 2021.

MÉNDEZ, Juan E.; O'DONNELL, Guillermo; PINHEIRO, Paulo Sérgio. *The (un)rule of law and the underprivileged in Latin America*. Notre Dame: Notre Dame Press, 1999.

MOISÉS, José Álvaro. Os significados da democracia segundo os brasileiros. *Opinião Pública*, v. 16, n. 2, p. 269-309, 2010.



O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe C.; WHITEHEAD, Laurence. *Transitions from authoritarian rule*. tentative conclusions about uncertain democracies. Baltimore: JHU Press, 2013.

PERUZZOTTI, Carlos Enrique. Regime betterment or regime change? A critical review of recent debates on liberal democracy and populism in Latin America. *Constellations*, v. 24, p. 389-400, 2017.

RANINCHESKI, Sonia; CASTRO, Henrique Carlos de O. Democracia, crenças e cultura política na América Latina: da naturalização à construção dos conceitos, uma comparação. *Pensamento Plural*, Pelotas, n. 11, p. 27-44, 2012.

SCHUMPETER, Joseph. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SPANAKOS, Anthony Peter. Adjectives, asterisks and qualifications, or how to address democracy in contemporary Latin America. *Latin American Research Review*, v. 42, n. 2, p. 225-237, 2007.

*Artigo recebido em: 30/06/2025.*

*Aprovado em: 19/09/2025.*

23

**Mayara Hemann Lamberti** ([mayarahemannlamberti@gmail.com](mailto:mayarahemannlamberti@gmail.com)) é Licenciada em História pela Universidade de Passo Fundo, Mestre e doutoranda em Ciência Política pela UFRGS, membro da equipe do World Values Survey Brasil.

**Bianca Ferreira de Andrade** ([biancafa97@gmail.com](mailto:biancafa97@gmail.com)) é Bacharela em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Mestre e doutoranda em Ciência Política pela mesma instituição. Membro da equipe do World Values Survey Brasil.

**Maria Júlia Schmitt Timmers** ([mariajuliatimmers@gmail.com](mailto:mariajuliatimmers@gmail.com)) é Bacharela em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Mestre e doutoranda em Ciência Política pela mesma instituição. Membro da equipe do World Values Survey Brasil.

**Vítor Oliveira** ([oliveiravitor2002@gmail.com](mailto:oliveiravitor2002@gmail.com)) é Bacharel em Relações internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e mestrando em Ciência Política pela mesma instituição. Membro da equipe do World Values Survey Brasil.

**Henrique Carlos de Oliveira de Castro** ([henrique@ufrgs.br](mailto:henrique@ufrgs.br)) é Doutor em Ciência Política, Professor no Programa de Pós-graduação em Ciência Política da UFRGS. Pesquisador principal e diretor para o Brasil da pesquisa World Values Survey (WVS) e coordenador do grupo de pesquisa Pirandello, Laboratório de Pesquisa em Ciências Sociais e Inteligência Artificial. Pesquisador PQ CNPq.

**A democracia que habita o imaginário:  
o que os brasileiros falam quando falam de democracia?**

**Resumo.** O presente artigo investiga as concepções de democracia entre os brasileiros, evidenciando tensões entre o apoio declarado ao regime democrático e atitudes ambíguas ou até antidemocráticas, e também a falta de clareza quanto a uma concepção de democracia. A análise foi feita por meio de dados quantitativos, utilizando dados da 7ª onda do World Values Survey (2018), e qualitativos, a partir de grupos focais realizados entre 2023 e 2024. Os resultados quantitativos apresentam que, embora a maioria afirme valorizar a democracia, há também uma forte aceitação de regimes autoritários ou tecnocráticos. Os dados qualitativos revelam que os participantes frequentemente associam democracia a eleições, liberdade e "poder do povo", porém de forma simplificada e, por vezes, contraditória. Como resultado, a análise indica que a compreensão popular da democracia é bastante limitada e está fortemente ancorada em dimensões formais, especificamente o voto, e menos em valores substantivos, como pluralismo e igualdade de direitos.

**Palavras-chave:** Democracia; Imaginário político; Cultura Política; Grupos focais; World Values Survey

**The democracy that inhabits the imagination:  
What do Brazilians mean when they say democracy?**

24

**Abstract.** The present work investigates Brazilians' conceptions of democracy, highlighting tensions between declared support for the democratic regime and ambiguous or even anti-democratic attitudes, as well as a lack of clarity regarding what a democratic conception entails. The analysis draws on both quantitative data, from the seventh wave of the World Values Survey (2018), and qualitative data, from focus groups conducted between 2023 and 2024. The quantitative findings show that although most respondents state they value democracy, there is also strong acceptance of authoritarian or technocratic regimes. The qualitative data reveal that participants often associate democracy with elections, freedom, and the "power of the people," but in a simplified and at times contradictory way. As a result, the analysis indicates that popular understandings of democracy are quite limited and strongly anchored in formal dimensions, specifically voting, and less in substantive values such as pluralism and equality of rights.

**Keywords:** Democracy; Political imaginary; Political Culture; Focus groups; World Values Survey

**Anexo I - Quadro de códigos e questões do World Values Survey utilizados nas análises**

	Vou citar algumas organizações. Para cada uma delas, você poderia me dizer o nível de confiança que tem nelas: muita confiança, bastante confiança, pouca confiança ou nenhuma?
Q70*	Confiança no sistema de Justiça
Q71*	Confiança no governo
Q72*	Confiança nos partidos políticos
Q73*	Confiança no Congresso
Q76*	Confiança nas eleições
	Vou descrever vários tipos de sistemas políticos e perguntar o que você acha de cada um como forma de governar este país. Para cada um deles, você diria que é uma forma muito boa, razoavelmente boa, razoavelmente ruim ou muito ruim de governar este país?
Q235	Ter um líder forte que não precise se preocupar com parlamento e eleições
Q236	Ter especialistas, e não o governo, tomando decisões de acordo com o que eles acham que é melhor para o país
Q237	Ter o exército governando
Q239	Ter um sistema governado pela lei religiosa no qual não há partidos políticos ou eleições
	Para cada uma das seguintes coisas, o quão essencial você acha que é como uma característica da democracia?
Q243	As pessoas escolherem seus líderes em eleições livres
Q245*	O exército assumir o poder quando o governo é incompetente
Q246	Os direitos civis protegerem as pessoas da opressão estatal
Q250	Quão importante é para você viver em um país governado democraticamente?

Nota: \* indicando variáveis que foram recodificadas.

**Anexo II - Composição dos grupos focais**

Composição dos grupos focais		
Cidade	Idade	Escolaridade
Porto Alegre	45 - 59 anos	Ensino médio completo ou superior incompleto
Rio de Janeiro	25 - 44 anos	Até Ensino fundamental completo
Recife	25 - 44 anos	Ensino superior completo
Goiânia	45 - 59 anos	Até Ensino fundamental completo
Belém	25 - 44 anos	Até Ensino fundamental completo